



FACULDADE DE LÍNGUAS E TRADUÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO CHINÊS-PORTUGUÊS
PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR

Ano lectivo	2024/2025	Semestre	2.º
Código da unidade curricular	TICP6126-121		
Nome da unidade curricular	Tradução Jurídica e Administrativa I		
Pré-requisitos	Não tem		
Língua veicular	Chinês/Português		
Créditos	3	Horas lectivas presenciais	45
Nome de docente	LENG U WONG, Vanessa	E-mail	t1830@mpu.edu.mo
Gabinete	B209, Edifício Chi Un, Sede da UPM	N.º de contacto	8599-6369

SOBRE ESTA UNIDADE CURRICULAR

Esta unidade curricular visa dotar os alunos de uma visão geral dos sistemas jurídicos e administrativos na perspectiva do direito de Macau. Pretende-se fornecer aos alunos uma compreensão abrangente das linguagens jurídicas, dos conceitos e termos jurídicos entre a língua chinesa e portuguesa, com o objetivo de aprimorar o conhecimento da língua profissional, a capacidade e habilidade de tradução escrita dos alunos no campo jurídico e administrativo, através da análise e realização de tradução de textos jurídicos, nos quais serão aprofundados os contextos jurídicos formais, estilísticos e terminológicos.

RESULTADOS DE ESTUDO PREVISTOS DA UNIDADE CURRICULAR / DISCIPLINA

Concluída esta unidade curricular / disciplina, os alunos vão atingir os seguintes resultados de estudo previstos:

M1.	Conhecer o funcionamento do sistema jurídico e administrativo de forma mais profunda e profissional.
M2.	Dominar e enriquecer o vocabulário, as expressões e as terminologias técnicas, jurídicas e profissionais em língua chinesa e portuguesa.
M3.	Compreender, apreender e dominar as características e os métodos de tradução jurídica e administrativa através de exercícios práticos.



M4.	Analisar a linguagem jurídica específica em língua chinesa e portuguesa.
-----	--

Os resultados de estudo previstos contribuem para os alunos obterem os seguintes objetivos previstos para o Curso do estudo:

Resultados de estudo previstos do Curso	M1	M2	M3	M4
1. Desenvolver competências de reflexão crítica sobre os usos práticos da língua e da tradução	✓	✓	✓	✓
2. Adquirir competências de reflexão teórica e de prática tradutória transferíveis para os múltiplos campos de trabalho do tradutor/intérprete.		✓	✓	✓
3. Utilizar diferentes abordagens na atividade de tradução, tomando decisões e recorrendo a diferentes estratégias de tradução, de forma consciente e teoricamente consistente.		✓	✓	✓
4. Reforçar e consolidar técnicas e práticas de tradução e interpretação, tais como, trabalhar com ferramentas de apoio à tradução e competências tecnológicas exigidas pelo atual mercado da tradução.		✓	✓	✓
5. Promover a construção do conhecimento científico e a sua prática em textos de elevada qualidade, através da utilização de ferramentas críticas.	✓	✓	✓	✓
6. Desenvolver a capacidade de trabalhar em equipa em situações reais de trabalho.				
7. Desenvolver a capacidade de lidar com o inesperado em situações reais de trabalho.		✓	✓	✓
8. Desenvolver estratégias de aprendizagem para se adaptar a diferentes contextos culturais que visem permitir a coexistência entre culturas com base em valores de tolerância.	✓	✓	✓	✓

CALENDARIZAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM, CONTEÚDOS E VOLUME DE ESTUDO

Semana	Conteúdo abrangido	Horas lectivas presenciais
1-2	1. Introdução geral aos sistemas jurídicos de Macau e à visão geral dos princípios e desafios da tradução jurídica.	6



3-4	2. Tipologia e características da tradução jurídica e administrativa.	6
5	3. Os formatos e a traduzibilidade da tradução administrativa e jurídica.	3
6-8	4. Introdução à compreensão e aprofundamento sobre os contextos, conceitos, linguagens e terminologias técnicas jurídicas e administrativas.	9
9	5. Análise e discussão das causas, das dificuldades e da gravidade dos erros na tradução jurídica e administrativa.	3
10	6. Exploração das vantagens e desvantagens de diferentes estratégias e métodos de tradução jurídica e administrativa.	3
11-14	7. Estudo de casos práticos, de textos traduzidos e realização de exercícios de tradução em diversos ramos do direito e em diferentes tipos de textos jurídicos, como legislações jurídicas, contratos, estatutos sociais, peças processuais, jurisprudências, etc.	12
15	8. Apresentação dos trabalhos finais	3

ACTIVIDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Frequentando esta unidade curricular / disciplina, os alunos vão atingir os resultados de estudo previstos através das seguintes actividades de ensino e aprendizagem:

Actividades de ensino e aprendizagem	M1	M2	M3	M4
1. Análise de casos práticos		✓	✓	✓
2. Discussões em grupo	✓	✓	✓	✓
3. Comentário a textos traduzidos		✓	✓	✓
4. Apresentação de trabalhos inividualmente e em grupo		✓	✓	✓



REQUISITOS DE ASSIDUIDADE

Os requisitos de assiduidade são cumpridos de acordo com «Regulamento Pedagógico dos Cursos Conferentes do Grau de Mestre»; para os alunos que não preenchem os requisitos, a classificação da respectiva unidade curricular será considerada com a menção de “f” (não aproveitamento).

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Para a frequência desta unidade curricular / disciplina, os alunos devem completar as seguintes actividades de avaliação:

Actividades de avaliação	Proporção (%)	Resultados de estudo previstos em avaliação
1. Presença e participação na aula	20%	M1-M4
2. Trabalhos realizados na aula	30%	M1-M4
3. Trabalho final	50%	M1-M4

O critério de avaliação é correspondente à “Estratégia de Avaliação” da Universidade (vide www.mpu.edu.mo/teaching_learning/pt/assessment_strategy.php). O “aproveitamento” na classificação significa que os alunos atingiram os resultados de estudo previstos para esta unidade curricular / disciplina e podem obter os respectivos créditos.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO

Excelente: Fortes evidências de pensamento original; boa organização, capacidade de analisar e sistematizar; compreensão superior dos assuntos; fortes evidências de uma extensa base de conhecimentos.

Muito Bom: Evidências de compreensão dos assuntos; fortes evidências de capacidade crítica e analítica; boa compreensão dos assuntos; evidências de familiaridade com a literatura de referência.

Bom: Evidências de compreensão dos assuntos; algumas evidências de capacidade crítica e analítica; razoável compreensão dos assuntos; evidências de familiaridade com a literatura de referência.

Satisfatório: Aproveitando a experiência de estudo; compreensão dos assuntos; capacidade de desenvolver soluções para problemas simples.

Aprovado: Familiaridade suficiente com os assuntos para permitir que o aluno progrida sem repetir a unidade curricular.



Reprovado: Poucas evidências de familiaridade com os assuntos; fracas capacidades críticas e analíticas; uso limitado ou irrelevante da literatura de referência.

LEITURAS OBRIGATÓRIAS

N/A

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Devido às suas características, a unidade curricular não se baseia em nenhuma obra de referência específica. No entanto, é aconselhada a leitura de obras que são paradigmas na área, como a obra de 鄧志強, "法律葡語" (disponível em <https://fll.um.edu.mo/wp-content/uploads/2020/09/portuguese-legal-language-chinese.pdf>), que reúne exemplos de terminologias jurídicas na área do direito civil, e a leitura das legislações e jurisprudências de Macau.

COMENTÁRIO DOS ALUNOS

No final do semestre, os alunos vão ser convidados a apresentar os seus comentários através do preenchimento dos inquéritos sobre as unidades curriculares e as respectivas disposições pedagógicas. As suas opiniões preciosas ajudam na melhoria do conteúdo das unidades curriculares e das formas de ensino. Os docentes e os coordenadores do Curso vão considerar todos os comentários apresentados e, na ocasião da revisão anual do Curso, vão dar respostas com um plano de acção a tomar em seguida.

INTEGRIDADE ACADÉMICA

A UPM exige aos seus alunos o cumprimento rigoroso das regras de integridade académica na realização de investigação e outras actividades académicas. As formas de infracção da integridade e fraude académica incluem, mas não se limitam, a plágio, conluio de fraude, falsificação ou adulteração, reutilização de trabalhos e fraude em exame, sendo igualmente considerados actos de infracção grave da integridade académica, podendo os mesmos resultar em sanções disciplinares. Os alunos devem consultar os regulamentos e orientações constantes no "Manual de Aluno", o qual deve ser atribuído aquando do acesso à Universidade, também sendo possível consultar a versão digital do mesmo no site: www.mpu.edu.mo/student_handbook/.